

2 — A funcionária é designada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

Sinopse Curricular

Dados pessoais:

Elsa Maria da Palma Francisco, de 38 anos, licenciada em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo 1993-1994;

Experiência profissional:

Ingressou na Administração Pública em Janeiro de 1996 na Inspecção-Geral de Finanças como Inspectora de Finanças Estagiária;

Nomeada Inspectora de Finanças em Janeiro de 1997;

Nomeada Inspectora de Finanças Principal em Dezembro de 2000;

Nomeada Assessora do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de Outubro de 2001 a Abril de 2002;

Nomeada em comissão de serviço como Chefe de Divisão de Gestão Financeira da Direcção de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 1 de Setembro de 2004, conforme publicação em DR n.º 240, 2.ª série, de 12/10/2004;

Nomeada em comissão de serviço como Chefe de Divisão de Processamento e Conferência da Direcção de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 1 de Maio de 2007, conforme publicação em DR n.º 235, 2.ª série, de 06/12/2007;

Nomeada, em regime de substituição para o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 1 de Outubro de 2007, conforme publicação em DR n.º 2, 2.ª série, de 03/01/2008;

1 de Setembro de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.
202257684

Despacho n.º 20259/2009

1 — Por despacho do Secretário-Geral, de 1 de Setembro de 2009, na sequência de concurso aberto por Aviso n.º 8613/2009, publicado no *Diário da República* n.º 79, 2.ª série, de 23 de Abril de 2009, cuja lista de classificação final foi homologada, em 23 de Julho de 2009, e nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, alínea a) do artigo 1.º do Despacho n.º 19627/2007, 2.ª série, publicado no *Diário da República* n.º 167, de 30 de Agosto na redacção dada pelo Despacho n.º 20786/2008, 2.ª série, publicado no *Diário da República* n.º 153, de 8 de Agosto, é designada, em comissão de serviço, a assessora jurídica dos Serviços Centrais do Instituto da Segurança Social, I. P. Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves para o cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Cadastro integrada na Direcção de Serviços de Recursos Humanos, do Departamento Geral de Administração, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — A funcionária é designada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves, 34 anos, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de treze valores.

Experiência Profissional Relevante:

Desde 1 de Março de 2008 adjunta do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, conforme despacho publicado no DR, 2.ª série, n.º 56, de 19 de Março de 2008. Neste âmbito, tem responsabilidade pela análise jurídica de processos nas áreas de recursos humanos e financeira do IPAD, I. P., serviço

cujos tutela se encontra delegada no Secretário de Estado, sendo igualmente responsável pelo apoio jurídico no âmbito do processo legislativo.

Entre Abril de 2006 e Fevereiro de 2008, assessora jurídica da Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, cujas funções incluíram a coordenação jurídica e realização de processos na área de recursos humanos (processos de recrutamento e contratação, bem como regime de mobilidade na administração pública) e nas áreas patrimonial e financeira (empreitadas e aquisição de bens e serviços).

Entre Fevereiro de 2002 e Março de 2006, assessora jurídica dos Serviços Centrais do Instituto da Segurança Social, I. P. (Departamento de Recursos Humanos), funções que implicaram a elaboração de pareceres com vista à decisão superior do Conselho Directivo no âmbito do designado regime da função pública, apreciação da legalidade de processos de inquérito e processos disciplinares, acompanhamento da tramitação de processos de contencioso administrativo,

Entre Julho de 2001 e Fevereiro de 2002, adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, conforme despacho publicado no DR 2.ª série, n.º 160, de 12 de Julho de 2001 e entre Junho de 2000 e Junho de 2001, colaboradora do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1 de Setembro de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.
202258137

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 860/2009

Pela portaria de extensão de encargos n.º 729/2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2008, foi autorizada a Direcção-Geral dos Impostos a promover a execução da empreitada de obras «Remodelação global para reinstalação da Direcção de Finanças de Setúbal».

A referida portaria permitiu que o montante dos encargos estimados, de € 2 200 000,00, se repartisse pelos anos de 2008 (€ 660 000,00) e de 2009 (€ 1 540 000,00).

Em virtude de o prazo inicialmente previsto para a tramitação do processo de concurso ter sofrido um atraso e, consequentemente, a publicação do concurso apenas ter ocorrido no ano de 2009, face à necessidade de completar o processo técnico com a introdução de alguns desenhos de coordenação entre especificidades e ainda de explicitações quanto à realização de elementos estruturais em pormenores de maior complexidade, há agora necessidade de proceder ao reajustamento da repartição dos encargos apenas pelos anos de 2009 e de 2010, não implicando esta alteração qualquer acréscimo ao total dos encargos antes referidos, uma vez que o valor da adjudicação é inferior ao valor inicialmente estimado.

Nestes termos e em conformidade com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, que os n.ºs 1 e 2 da portaria n.º 729/2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2008, passem a ter a seguinte redacção:

«1. É autorizada a Direcção-Geral dos Impostos a celebrar um contrato de empreitada de obras públicas com vista à execução da empreitada ‘Remodelação da Direcção de Finanças de Setúbal’, até ao montante global previsto de € 1 959 574,91, acrescido de IVA à taxa em vigor.

2. Os encargos resultantes do contrato não poderão, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias, acrescidas de IVA:

2009 — € 587 872,47 (30%);

2010 — € 1 371 702,44 (70%).»

1 de Setembro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças,
Fernando Teixeira dos Santos.

202258323